



## Sola Scriptura

| Gaston, Lloyd

### Sola Scriptura

por Lloyd Gaston

Os números [1], [2],... referem-se às notas de fim do texto inglês. Algumas destas encontram-se junto ao texto ao que se referem, traduzidas ao português.

Sempre, pode-se dizer, gostei do slogan *sola scriptura*. É uma frase de Reformaço que aprendi de Karl Barth e, desde então, não tenho pensado realmente muito sobre ela. Serve de rótulo útil para expressar a convicção de que Escritura deva ter autoridade não justamente dentro da Igreja, mas sim sobre ela. Mantive

essa convicção  
quando ensinava  
num departamento  
de Estudos  
Religiosos – um  
lugar muito seguro  
para nele preservar  
seus ilusões  
teológicas -, mas  
ela causou  
problemas quando  
vim a uma escola  
teológica, quando  
pensei que, se  
Escritura tem  
autoridade sobre a  
Igreja, eu deveria  
naturalmente ter  
autoridade sobre  
colegas que  
ensinavam somente  
história de Igreja e  
prática eclesial.  
Desnecessário  
dizer que não fui  
embora com isso!  
Precisei pensar  
sobre *sola scriptura*  
outra vez.

O conceito de  
cânon, de outro  
lado, nunca pareceu  
muito interessante.  
A insistência em  
que a Palavra de  
Deus possa ser  
ouvida dentro de  
claramente  
definidos limites de  
especiais  
documentos e em  
nenhum outro lugar,  
parece uma  
obsessão  
peculiarmente  
protestante, sem  
justificação histórica  
nenhuma e com  
pouca teológica.  
Com respeito ao  
Novo Testamento,

gostaria antes da  
mais sóbria  
(common-sensical)  
definição de C. F.  
Evans: "Estes são  
escritos que  
acompanhavam o  
movimento cristão,  
são os melhores,  
temo-los provado e  
eles se têm  
provado."

[1] C. F.  
Evans, *Is  
Holy  
Scripture  
Christian?  
(Sagrada  
Escritura É  
Cristã?)*  
(London:  
SCM, 1971).  
Diz também:  
"É,  
finalmente,  
óbvio que a  
Igreja Cristã  
era  
entendida  
como tendo  
uma  
sagrada  
escritura no  
sentido do  
Antigo  
Testamento,  
este que  
conseguiu  
rebaixar de  
posto, mas  
que  
fatalmente  
tomou como  
modelo" (p.  
17).

Finalmente, com o  
que trabalhamos  
como exegetas é a

existente literatura  
do antigo Israel e  
da Igreja primitiva.  
Certamente, não há  
razão  
imediatamente  
aparente porque  
esses dois  
empreendimentos  
devam ser  
combinados em  
uma única  
sociedade, a  
Sociedade  
Canadense de  
Estudos Bíblicos;  
mas isso é um cão  
dormindo que  
podemos  
seguramente deixar  
deitado (lying:  
também  
"mentindo"). Pelo  
menos era isso  
assim, até Brevard  
Childs fazia tanto  
barulho abrindo sua  
lata de vermes  
quanto a despertar  
todos aqueles cães  
dormentes. Com  
respeito tanto ao  
princípio e *sola*  
*scriptura* como às  
disciplinas da  
nossa Sociedade,  
creio que o conceito  
de crítica do cânon  
apresenta tanto  
uma promessa  
como uma ameaça.  
A ameaça, penso,  
está do melhor  
modo expressa no  
último livro de  
Childs, "O Novo  
Testamento como  
Cânon: Uma  
introdução", e  
começo com ela.[2]  
É uma obra que  
merece ser tomada  
a sério. Porque os  
termos da

discussão estão  
postos por Childs,  
esse modo de falar  
vai ser mais  
teológico do que  
talvez adequado,  
vai concentrar  
sobre problemas do  
cânon do Novo  
Testamento e vai,  
inicialmente,  
continuar usando os  
termos "Novo  
Testamento" e  
"Antigo  
Testamento".

O empreendimento  
de Childs está ou  
complexo ou  
desconcertando, ou,  
mais  
adequadamente,  
os dois. Não só está  
a palavra "cânon"  
sendo usada em  
três diferentes  
sentidos, aplicada  
1) à forma final dum  
escrito redigido, 2)  
ao corpo de escritos  
visto como  
unidade autoritativa  
e 3) ao próprio  
princípio de  
autoridade, mas  
ainda o adjetivo  
"canonical"  
(‘canônico’) é  
aplicado a tantos  
substantivos além  
de ser supérfluo.  
Deixem-me, então,  
tentar sumariar sua  
tese tão bem como  
posso, sem usar a  
palavra  
"canonical".  
Primeiro, penso que  
sua maior  
preocupação está  
com a erosão da

autoridade do Novo  
Testamento na  
Igreja, uma  
preocupação na  
qual profundamente  
participo. Mas não  
está absolutamente  
claro, como suas  
propostas vão fazer  
avançar a causa de  
modo algum. Para  
insistir na  
importância da  
crítica de redação, é  
muito salutar, se  
bem que Childs  
insiste que pretende  
mais que isso, e é  
difícil ver como isso  
iria ajudar a Igreja,  
que nos seus cultos  
ouve Escritura em  
perícopes e não em  
livros. É também  
bem problemático  
insistir que  
parábolas, por  
exemplo, não sejam  
interpretadas senão  
nas suas atuais  
montagens  
literárias, como  
parece dizer num  
escuro excuro.  
Quando Childs diz  
que se deve tentar  
entender como um  
antigo texto foi  
"transmitido,  
formado e  
interpretado afim de  
apresentar sua  
mensagem  
acessível a  
sucessivas  
gerações de fiéis  
por quem e para  
quem o for  
entesourado como  
autoritativo",[3]  
podemos  
cordialmente  
concorrer, se aquilo  
que pretende for

história de interpretação de *Wirkungsgeschichte* (história de efeito), mas a palavra "shaped" ('formado') parece indicar que algo mais que isso está entendido.

A parte mais problemática da proposta de Childs jaz no seu apelo ao cânon como coleção autoritativa de escritos, pelo qual é dada uma autoridade absoluta à coleção como tal, ainda à custa de escritos individuais nela contidos. A primitiva Igreja, coletando aqueles escritos teve grandes problemas com a "particularidade das epístolas"[4] e a "pluralidade dos evangelhos".[5]

Como Childs é um pensador conseqüente, vê os mesmos problemas, propondo que o cânon do Novo Testamento nos force a entendermos Paulo como posto entre colchetes entre Atos e Epístolas Pastorais (de fato: como Paulo foi assimilado pela

antiga Igreja) e "transcendermos" os quatro evangelhos a favor duma "harmonia dos evangelhos" (já tentada por Taciano). Até no criticismo de texto, o princípio orientador não é para ser a descoberta do texto mais antigo possível, mas antes aquilo que Childs chama de "texto canônico", o texto aceito pela maioria na igreja posterior. Por exemplo, a secundária terminação de Marcos é tomada como o texto autoritativo, por harmonizar as histórias de aparência da ressurreição em todos os demais evangelhos. Childs conscientemente contrasta o Paulo histórico e o Paulo canônico,[6] o Paulo das cartas e o Paulo da Igreja,[7] com autoridade ficando (lying) só com o último. Mas isso é rebaixar a autoridade de Paulo e dos evangelhos a favor da autoridade da Igreja nos séculos três a cinco, apelando a uma idéia de cânon que assim não era; nem a sua autoridade primária. O efeito acima de tudo do cânon parece ser

trancar os escritores do Novo Testamento numa gaiola feita pela Igreja. É curioso que Childs não discute um simultâneo desenvolvimento paralelo ainda mais sério: a domesticação da Toráh através da formação dum cânon do Antigo Testamento Cristão. Os dois processos não podem ser sem relação, pois o resultado final é subordinar a gaiola chamada de Antigo Testamento à gaiola chamada de Novo Testamento. As duas gaiolas não só não se relacionam uma a outra muito bem, mas o vale entre elas tende a ser grosseiramente negligenciado, quando anda sob o nome de "Intertestamental". Chegamos longe da nossa nostalgia inicial para *sola scriptura*, e parece que é o problema do cânon e das duas gaiolas que precise primeiro ser repensado.

Primeiro, porém, podia ser útil examinar algumas dos recentes trabalhos feitos sobre a história da formação dos

cânones do AT e do NT. No decorrer da preparação deste discurso, fui surpreso sobre como tive de abandonar a maior parte da sabedoria recebida que aprendi só 25 anos antes. É só olhar os dois artigos em *IDB* (S) por Freedman and Sundberg para ver que a formação do AT era muito mais cedo e a formação do NT muito mais tarde do que o consenso velho as iria ter. Há alguns conclusões históricos, com os quais precisamos antes de tudo chegar a termos, mesmo se Freedman e Sundberg ainda não representem um novo consenso.

Podia ajudar começar com algumas definições. "Cânon" é provavelmente não um termo apropriado a ser usado. É palavra amplamente usada no período helênico para "critério", "norma", "padrão de excelência" ou semelhantes, e era usado na primitiva Igreja amplamente em três frases: cânon de verdade (*kanon tes aletheias, regula*

*veritatis*), cânon de fé (*kanon pisteos, regula fidei*) e cânon da Igreja (*kanon ekklesias, regula ecclesiastica*). Por extensão, o termo era também usado especificamente para decretos e concílios eclesiais, lei de igreja, regulamentos monásticos, a parte central da Missa e elevação à santidade. Um sentido secundário, uma "lista", não era aplicado a um grupo de escritos antes do fim do quarto século, e bem pode ter-se dado por causa duma inovação técnica: a invenção do código. "Cânon" nesse sentido, não é senão uma instrução ao copista (mais tarde tipógrafo): quando produzires um código ou Bíblia, copia os itens nesta lista e nesta ordem. Muitas vezes falamos "cânon", quando devemos falar "Escritura".

Pode-se definir a formação de Escritura (ou "cânon" em linguagem moderna) como a deliberada seleção e coleção de antigos tradições num novo e

autoritativo grupo de escritos que tenham uma função normativa para uma comunidade, assim que qualquer outro escrito ou dito normativos devem ser vistos em relação àquelas. Está claro que isso é um evento muito decisivo na vida uma comunidade religiosa, um que provavelmente pode acontecer só uma vez. A formação da Escritura, naturalmente, estabelece "estabilidade", para usar a terminologia de James Sanders, mas se isso fosse tudo, a comunidade iria logo morrer de arteriosclerose. Cânon deve, também, ser "adaptável para vida", [8] o que quer dizer ser aberto para midrash,

[9] Como acontece com outros termos populares, a palavra "midrash" é usada em sentidos amplamente diferentes. D. Patte, *Early Jewish Hermeneutics in Palestine*

(Primária Hermenêutica Judaica na Palestina)  
(Missoula: Scholars, 1975), tenta introduzir clareza terminológica fazendo distinções entre a) gênero literário, b) métodos hermenêuticos e c) convicções hermenêuticas. A primeira pode (ou não pode) apresentar no NT (Hb). A segunda é encontrada em importantes partes em alguns escritos do NT que não podem ser entendidos senão como parte de uma longa tradição midráshica (quer dizer: não podem ser relatadas diretamente a uma "AT" sem fazer violência às duas). A terceira, uma hermenêutica midráshica

toma lugar  
entre dois  
pólos  
'Escritura'  
e a  
'comunidade  
e de culto'"  
(p. 319) e  
pode ser  
dito que  
caracteriza  
todos os  
escritos do  
NT. J.  
Sanders  
parece habit  
ualmente  
entender  
esse terceiro  
senso.

para interpretação  
inovativa. É  
duvidoso, porém, se  
um segundo cânon  
possa ser  
acrescido ao  
primeiro, porque  
então o novo cânon  
chega a ser o cânon  
real, ao que o  
antigo se deve  
relacionar afim de  
estabelecer sua  
legitimidade,  
invertendo a  
seqüência de  
tempo entre  
Escritura e midrash.  
Pelo menos, creio  
que isso era o caso  
no movimento  
cristão, onde o  
estabelecimento do  
NT como cânon  
andou de mãos  
dadas com o  
rebaixamento da  
Escritura do Antigo  
Testamento ao  
estado subordinado.

[10] Veja  
meu  
"Legicide  
and the  
Problem of  
the Christian  
Old  
Testament:  
A plea for a  
New  
Hermneutic  
of the  
Apostolic  
Writings"  
(‘Legicídio e  
o Problema  
do Antigo  
Testamento  
Cristão: Um  
argumento  
para uma  
Nova Herme  
nêutica dos  
Escritos  
Apostólicos’  
)  
*Transformati  
ons in  
Judaism and  
Christianity  
after the  
Holocaust (T  
ransformaçõ  
es no  
Judaísmo e  
na  
Cristandade  
depois do  
Holocausto)*  
(ed.  
Greenberg,  
et al., Bloom  
ington:  
Indiana  
University  
Press).

Foi tal Escritura  
criada em Israel? D.  
N. Freedman  
argumenta que foi  
sim.[11] Segundo

ele, uma radicalmente nova redação e reordenação das tradições ocorreu durante o exílio (580-550 A.E.C.) para produzir Toráh, Primeiros Profetas e Posteriores Profetas, como "documentos públicos, para os quais a mais alta autoridade religiosa foi reivindicada, promulgada por um oficial ... grupo na comunidade judaica".[12]

Mais ou menos uma geração mais tarde (cerca 500 A.E.C.), extensivas adições foram feitas ao corpo dos Profetas Posteriores. Uma tão nuamente formulada tese tem, naturalmente, necessidade de refinamento, este que, penso, Blenkinsopp proveu no seu Prophecy and Canon (Profecia e Cânon).[13]

Os Escritos, a maioria dos quais existiam naquele tempo, não eram parte da Escritura, e quando foram coletados e editados mais tarde, foram-no em relação cônica à

Escritura, uma "redação cônica de cânon", como Sheppard o chama, uma espécie de resposta midráshica.[14] Poderiam ser chamados de "deuterocanônicos" a partir de uma perspectiva judaica, se cânon fosse uma palavra judaica. Em todo o caso, a existência de Escritura, incluindo pelo menos muitos dos Escritos, pode ser aceita como de documentos autoritativos por pelo menos alguns grupos, certamente no início do primeiro século A.E.C.[15] Uma das razões

[16] Mais uma é o atestado inconfundível de todas as partes do AT pelo fim do primeiro século por 4Esra, Josefo e o NT.

para dizer isso é, se Escritura produzir midrash, então, inversamente, midrash pressupõe Escritura e, como Vermes diz, "nos escritos exegéticos do segundo século

A.C., os principais temas hagádicos já estão completamente desenvolvidos".[17] Nunca houve um concílio eclesial em Jâmnia, e os Rábis não debateram seriamente inclusão ou exclusão.[18] Mas o lugar de Escritura dentro do Judaísmo não é o meu tópico, e não posso senão referi-lo a um livro interessante e acessível por Jack Lightstone.

Chegando agora à formação do cânon do NT,

[19] Aqui me fio amplamente no excelente e breve livro de H. Y. Gamble, *The New Testament Canon: Its Making and Meaning (O Cânon do NT: Como Foi Feito e o Que Significa)* (Philadelphia: Fortress, 1985). Cf. também H. von Camphausen, *The Formation of the*

*Christian  
Bible (A  
Formação  
da Bíblia  
Cristã)*  
(London:  
Black,  
1972).

parece que foi transferida do fim do segundo ao fim do quarto século, pelo menos parcialmente por causa duma nova datação do Fragmento Muratoriano.[20] Geralmente, não envolveu "redação consciente de cânon", nem ocorreu num tempo crucial na vida da Igreja.

[21] O período crucial na vida da Igreja produziu, não um cânon, mas um midrash fundamentalmente novo em escritos ocasionais, que têm sido entesourados desde então.

É antes uma coleção

heterogênea de vários escritos ocasionais. Seus limites não têm validade autoevidente, e cada critério mencionado: apostolicidade, catolicidade, ortodoxidade, uso tradicional, tem importantes exceções tanto de inclusão como de exclusão. Particularmente, inspiração nunca foi aduzido como critério para canonicidade na primitiva Igreja,[22] porque o Espírito era tido como dado à Igreja inteira.

[23]

1Clemente reivindica ser inspirado pelo Espírito Santo, como p. ex. Romanos não o faz. Podemos também notar que 1Clemente tem mais autoridade que Romanos na maioria dos lugares na Igreja do segundo século.

escritos no NT  
reivindica  
autoridade canônica  
para si mesmo  
(Apocalipse  
reivindica  
autoridade  
apocalíptica), e a  
maioria refere-se  
especificamente à  
Sagrada Escritura  
fora de si mesma.  
Ninguém jamais foi  
capaz encontrar  
uma unidade no  
cânon do NT

[24]  
Tratando de  
critérios na  
primitiva  
Igreja para a  
inclusão no  
cânon do  
NT, "só se  
pode falar  
do princípio  
de não ter  
princípio  
nenhum", K.  
Aland, *The  
Problem of  
the New  
Testament  
Canon*  
(London:  
Mowbray,  
1962).

(como o tem na  
Escritura do AT e  
Freedman), mas,  
em vez disso,  
temos aprendido  
falar das  
variedades da  
religião do NT.[25]  
Como não se pode  
fazer estudos do NT  
hoje sem falar da

importância da tradição eclesial (e da continuidade desta com tradição "pós-canônica"), a velha distinção da Reforma entre Escritura e tradição tem perdido toda a base histórica.

Pode ser dito honestamente que a Reforma perdeu essa batalha. Os escritos separados contidos no NT são todos produtos de tradição, especialmente os evangelhos, mas também as epístolas, sendo aplicados em situações muito específicas.

[26] Naturalmente, o mesmo pode ser dito dos escritos do AT, mas o ponto é que estes não contêm tradição de *igreja*.

Dois fenômenos, que são de grande embaraço para a primitiva Igreja, a pluralidade dos evangelhos e a

particularidade as epístolas paulinas, jazem no próprio coração do entendimento contemporâneo desses textos. É verdade que "O Novo Testamento é o livro da Igreja",[27] não só porque a Igreja criou o cânon nos séculos quarto e quinto, mas também com respeito à composição dos escritos individuais nos séculos primeiro e segundo. Todavia, o princípio de *sola scriptura* permanece essencial, se tem de haver algum critério transcendental, pelo que a Igreja possa julgar e reformar a si mesma. Como Barth disse, se tudo que nós temos é tradição, "a Igreja não é endereçada, mas sim engajada num diálogo consigo mesma".[28] Vejamos se podemos encontrar um tal critério transcendente, contra que as tradições da Igreja possam ser medidas e perguntar como o possa ajudar na interpretação dos escritos do Novo Testamento.

Em resposta à questão teológica de identificar uma autoridade que não seja produto da Igreja, mas sim sobre ela, a resposta dentro dum contexto cristão parece a primeira vista ser óbvia; a formulação de Barth era que Jesus Cristo como a primeira forma da Palavra de Deus tem autoridade sobre a Escritura como a segunda forma da Palavra de Deus, a qual tem autoridade sobre a palavra proclamada como a terceira forma da Palavra de Deus. Se parece óbvio que Jesus Cristo é o princípio canônico, não é óbvio de modo algum como alguém possa entender essa declaração como alguma outra coisa que um princípio puramente formal. Podemos olhar para duas clássicas tentativas para pôr carne no princípio.

A primeira é o conceito hierárquico da antiga Igreja, que diz que a autoridade corre: Deus > Cristo > apóstolos > bispos > igreja. Isso pode ser visto, p. ex., em 1Clemente 42: "Os

apóstolos  
receberam o  
evangelho para nós  
do Senhor Jesus.  
Jesus Cristo era  
enviado de Deus e  
os apóstolos são de  
Cristo. Em ambas  
as instâncias o  
ordenado  
procedimento  
procede da vontade  
de Deus, ... e os  
apóstolos, depois  
de pregar no país  
e cidade,  
designaram seus  
primeiros  
convertidos a serem  
bispos e diáconos  
de futuros fiéis. E  
isso não era  
inovação alguma, ...  
desde que a  
Escritura diz:  
'designarei vossos  
bispos em retidão e  
vossos diáconos em  
fé (Is 60,17)." Ou  
em Justino, I  
Apologia 39: "O  
Espírito de profecia  
fala deste modo:  
'Pois de Sião sairá  
a lei e a palavra do  
Senhor de  
Jerusalém...' (etc.  
Is 2,3). Pois de  
Jerusalém homens  
foram ao mundo,  
doze de número e  
estes iletrados, de  
nenhuma habilidade  
no falar, mas pela  
força de Deus  
proclamaram a  
cada raça de gente  
que eram enviados  
por Cristo a ensinar  
a todos a palavra  
de Deus." Note  
como tanto Justino  
quanto Clemente  
baseiam seus

argumentos em  
Escritura! Essa  
teoria de sucessão  
apostólica era  
popular na Igreja  
antiga, e seus  
efeitos estão ainda  
muitíssimo conosco  
hoje em dia. Não é  
senão essa teoria  
que justifica a  
posição dos  
evangelhos nos  
primeiros lugares do  
Novo Testamento e  
a honra especial  
dada aos  
evangelhos em  
certas tradições  
eclesiais. O  
problema é que isso  
está  
manifestamente  
inverídico! O único  
apóstolo que  
contribuiu algum  
escrito ao NT,  
Paulo, dificilmente  
alguma vez segue o  
seu curso em  
tradição recebida de  
Jesus, e ainda gaba-  
se que nunca o  
conheceu (2Cor  
5,16). Era uma linda  
teoria, mas aqui,  
seguramente, a  
teologia não tem  
uma histórica ou  
bíblica base em que  
construir coisa  
alguma.

A tentativa moderna  
de basear revelação  
em tradição que se  
origina de Jesus,  
não teve sucesso  
maior. Outra vez  
parece primeiro  
completamente  
razoável atribuir ao

ensinar de Jesus  
autoridade maior do  
que aos evangelhos  
que o reportam,  
talvez imprimir  
ainda suas  
palavras em tinta  
vermelha. Mas é  
talvez significativa  
que a Igreja nunca  
pensou em  
preservar o ensinar  
de Jesus na língua  
em que o falou.  
Aqui o movimento  
*Leben Jesu (Vida  
de Jesus)* atrapalha-  
se no fenômeno  
que já incomodava  
a Igreja antiga: a  
pluralidade de  
evangelhos.  
Completamente à  
parte de qualquer  
moderno  
julgamento sobre a  
autenticidade de  
ditos individuais, os  
evangelhos, vistos  
sinopticamente,  
mostram que os  
escritores de  
evangelho eram  
completamente  
preparados para  
alterar a tradição de  
Jesus bastante  
livres, afim de  
dirigir-se a seus  
próprios situações  
particulares. O  
ensino de Jesus  
não é dado, mas  
sim precisa ser  
reconstituído. O  
problema é que não  
há duas  
reconstituições  
que sejam iguais, e  
todas elas mostram  
evidências e  
seletividade  
baseada em  
desejos religiosos

modernos. A busca pelo Jesus histórico cavou finalmente a sua própria cova, porque, quanto mais tentou reaver o ensino de Jesus, tanto mais chegou a ser aparente quanto aquele ensino difere da figura de Jesus que teologia liberal desejava encontrar. Aqui há, de fato muita areia trapaceira, e o empreendimento tem sido tranqüilamente largado em círculos teológicos, mesmo se a sua influência está ainda muitíssimo em evidência na piedade popular.

Antes de desistir da tentativa de encontrar no ensinar de Jesus o elo revelatório entre Deus e a Igreja, poderíamos especular sobre como a situação poderia ter sido diferente se Jesus teria escrito um livro. Se um tal livro enfatizasse descontinuidade, poderíamos ter tido uma nova religião e uma nova Escritura, com pouco relacionamento ao que andava antes, como é o caso do Corão. Sob tais circunstâncias, mas

só sob tais  
circunstâncias, a  
proposta e Marcion  
poderia ter  
sucedido. Mas se,  
como creio que  
tenha sido o caso,  
um tal livro  
enfatizaria  
continuidade, não  
teríamos havido  
igreja nenhuma,  
pois os atraídos ao  
ensino de Jesus  
teriam seguido sua  
chamada de tornar-  
se melhores judeus.  
Como Cristãos  
Gentílicos  
podemos ficar bem  
agradecidos por, na  
providência de  
Deus, Jesus ter  
decidido não  
escrever um livro.

Há um outro critério,  
um *kanon tes  
aletheias*, que  
esteja acima do  
cânon da Igreja,  
no sentido duma  
lista de autoritativos  
escritos? A tradição  
luterana em  
particular  
interessava-se na  
questão do cânon  
dentro do cânon.  
Note como a  
palavra "cânon"  
está sendo usada  
em dois sentidos,  
"critério" e "lista". A  
mesma  
ambigüidade  
importunou muito  
da discussão desde  
tempos antigos.[29]  
A declaração  
clássica de Lutero  
é: "Aquilo é o

verdadeiro teste  
pelo que julgar  
todos os livros ...  
quando vimos se  
ou não promovem  
(*treiben*) Cristo...  
Aquilo que não  
ensina Cristo, ainda  
não é apostólico,  
mesmo se São  
Pedro ou São Paulo  
fizerem o ensino.  
Demais: qualquer  
coisa que pregar  
Cristo, será  
apostólica, mesmo  
se Judas, Anás,  
Pilato e Herodes o  
fizerem."[30] Aqui  
está uma maneira  
de pôr Cristo no  
centro, não como  
um elo no passar  
revelação através  
sucessão  
apostólica, mas em  
termos daquilo que  
Deus fez na morte  
e ressurreição de  
Cristo. Aqui está um  
critério acima do  
cânon da Igreja,  
aquele que  
efetivamente  
relativiza os escritos  
individuais sob o  
centro do  
evangelho. É,  
porém, muito mais  
seriamente  
deficiente na sua  
subjetividade: se  
Tiago não promove  
Cristo para alguns,  
aquele escrito o faz  
para outros. São  
talvez tais  
considerações que  
levaram E.  
Käsemann a  
propor um cânon  
mais específico e  
objetivo cânon-  
dentro-do-cânon ou

"centro material" (*Sachmitte*), a saber a justificação dos ímpios. Isso é talvez um pouco teológico e certamente muito paulocêntrico, mas também não é tão objetivo como parece. Com igual força persuasiva, Stuhlmacher pode argumentar que o centro deva antes ser "reconciliação".[31]

Sendo verdade que cada tradição eclesial e muitos cristãos individuais têm o seu cânon-dentro-do-cânon, inconsciente ou reconhecidamente, não há critério para ajuizar seus reivindicações rivais. Como Käsemann argumentou, "o cânon do NT não constitui o fundamento da unidade da Igreja".[32] Mas também não pode dar razão alguma que compila de porquê aquela unidade deva ser conseguida nos termos dele, e a Igreja permanece em diálogo consigo mesma, sem uma *sola scriptura* endereçada a ela.

[33] Havia muito fermento em círculos teológicos luteranos alemães, convenientemente coletado por E. Käsemann, *Das Neue Testament als Kanon; Dokumentation und kritische Analyse zur gegenwärtigen Diskussion (O NT como Cânon; Documentação e Análise Crítica para a Discussão Atual)* (ed. E. Käsemann; Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1970), com os seus próprios comentários, mas estes não ajudam singularmente, desde que todos os contribuidores assumem que o AT não seja realmente Sagrada Escritura.

Parece que poderemos estar num chão mais firme se quisermos apelar, não a uma moderna, mas sim a uma *antiga regula fidei*, não a sucessão apostólica, mas sim a tradição "apostólica" do segundo século. Isso tem a grande vantagem, não só de concentrar no centro cristológico, mas sim de fazer isso com mais essenciais detalhes do que os abstratos exemplos modernos citados. Não é que tencione expressar coisa qualquer além de acordo básico com a *regula fidei*, mas alguns pontos devem ser notados primeiro. Primeiro, a *regula fidei* não foi entendida para ser um compêndio da fé, mas sim pressupõe a autoridade da Sagrada Escritura para teologia e prática. Segundo, a *regula fidei* não foi derivada do cânon do NT, que ainda não existia, mas sim era, pelo menos, um guia à interpretação midráshica da Sagrada Escritura (= AT). Terceiro, a *regula fidei* não era senão parte da tradição apostólica (*regula*

*ecclesiastica*), esta que incluía liturgias "apostólicas" e regras eclesiais. Quarto, existe bastante diversidade na tradição "apostólica", assim que é completamente enganoso falar de a tradição: não havia senão tradições, e qualquer consenso que desenvolveu era fenômeno secundário.[34]

Finalmente, estamos depois de tudo isso falando de tradições e não dum critério (kanon) que transcende a Igreja. Não obstante, ouvimos uma indicação duma *sola scriptura*, a escritura não criada pelas tradições da Igreja.

É possível puxar o conceito de tradição apostólica para dentro do primeiro século. Muitos vão concordar com o método, embora não mais com o conteúdo, da teologia de Bultmann. Este começa com o *kerygma* da Igreja (sing.!) de Jerusalém e helenística como primária, continua

com Paulo e João como os (únicos!) grandes "teólogos", e conclui com uma longa seção sobre "Desenvolvimento em direção à Igreja Antiga", incluindo material não-canônico.

[35] Está-se tornando cada vez mais costumeiro ignorar as limitações de cânon no escrever "introduções"; cf. p. ex. H. Koester, *Introduction to the New Testament* (2 vol.s; Philadelphia: Fortress, 1982).

Se a primeira é ingênua e a segunda restritiva demais, o nosso interesse está com a seção final.. Embora Bultmann esteja certo vendo a continuidade entre os escritos "sub-apostólicos" no NT e a primitiva Igreja, ele a vê como um declínio para "primitivo catolicismo". R. E. Brown [36] e R. H. Fuller,[37] de outro lado, vêem o

movimento mais positivamente e entendem escritos pós-apostólicos, não como incluindo o evangelho, mas sim como autoritativas indicações de como o evangelho esteja a ser transmitido a gerações posteriores. É muito vantajoso deixando os inferiores limites do cânon do NT completamente permeáveis..

O cânon do NT não é uma unidade e não pode servir de norma. Isso é certo, não só dos escritos individuais, mas também dos *kerygmata* que contém. Eruditos tão diferentes como W. Bauer e J..G. Dunn concordam com que o primitivo movimento cristão começou com uma rica diversidade de *kerygmata* e evangelhos e cristologias e teologias. Isso é só para esperar, desde que estamos afinal lidando com tradições eclesiais, e com ambas as comunidades que as formularam, e as comunidades para os quais foram adaptadas. Na medida em que houver unidade,

esta jaze na  
convicção de que  
Deus tem agido em  
Jesus Cristo, e de  
que esse Deus é o  
Deus da Sagrada  
Escritura. O  
significante subtítulo  
de 'According to  
the Scripture'  
(‘Segundo a  
Escritura’) de C.H.  
Dodd é ‘The  
Substructure of NT  
Theology’ (‘A  
Substrutura da  
Teologia de NT’).  
Escritura é o  
critério, o cânon, ao  
que os primitivos  
cristãos apelavam,  
e que  
definitivamente não  
é a criação da  
Igreja. Aqui, então,  
temos encontrado  
nossa *sola  
scriptura*.

A segunda Parte da  
proposta, penso,  
resulta  
inevitavelmente da  
primeira, o ancorar  
do princípio de  
*sola scriptura*  
firmemente nas  
Sagradas Escrituras  
do antigo Israel. A  
segunda tese é que  
é o melhor não falar  
dum cânon do Novo  
Testamento de  
modo algum, mas  
antes de midrash (J.  
Sanders) ou  
*explicatio* (J.  
Calvin).

"Falando de Escritura, Paulo entende que chamamos de Antigo Testamento; como ele pode dizer que ela faz o homem perfeito? Se isso for assim, aquilo que foi acrescentado pelos apóstolos, parece ser supérfluo. Os escritos dos apóstolos contém nada além dum simples e natural explicação da lei e dos profetas com uma clara descrição das coisas expressas neles."  
(Comentário a 2Tim 3,17).

Faz realmente diferença, quando alguém reconhece, com C. F. Evans, que "Cristandade é sem paralelo entre religiões mundiais no ser nascida com uma Bíblia no seu berço." [39]

Como a nova disciplina da crítica de cânon aponta, a criação do cânon da Sagrada Escritura é um passo decisivo na vida duma comunidade. Jaze na natureza de cânon prover estabilidade. Embora possa-se, em teoria ou em prática, negligenciar partes dele ou o rejeitar por inteiro para começar uma nova religião, nenhum novo cânon pode ser acrescentado a cânon quando este estiver uma vez criado. Ao mesmo tempo, jaze na natureza de cânon ser "adaptável para vida", e se for verdadeiramente para funcionar como Escritura, ele clama por constante reinterpretação nas contínuas e crentes comunidades. Um necessário correlativo da crítica de cânon é "midrash comparativo", que inclui história de interpretação, mas é mais que esta. Se é verdade que, uma vez formado o cânon, revelação está restrita ao texto canônico, deve também ser enfatizado que revelação ocorre mesmo repetidas vezes nas crentes

comunidades nas várias situações destas, por vezes com significado radicalmente novo. Se o conceito de inspiração (e então de revelação numa situação pós-canônica) for para ser significativo, deve referir não justamente a uma transação privada no passado, mas sim àquilo que Deus faz no presente. Inspiração ocorre todas as vezes que uma comunidade, na sua própria situação particular em tempo e espaço, for inspirada, dentro da continuidade da inteira tradição de interpretação, a ouvir o que Deus lhe diz na palavra da Sagrada Escritura. Cada Escritura, cada vez que (de quando em quando) ela for inspirada por Deus, é proveitosa para ensino, reprovação, correção e treinamento..." (2Tim 3,16). "*Ubi et quando visum est deo*", como disseram os Reformadores. Como revelação é mais autoritativa do que um antigo texto, assim midrash pode ser mais autoritativo para a comunidade do que o cânon como tal. Há uma tensão entre um

significado  
exegético dum  
texto, este que  
possa ser mais ou  
menos  
estabelecido  
historicamente, e o  
homilético, sentido  
agora inspirado,  
este que é  
verdadeiro para seu  
tempo e lugar, mas  
não é autoritativo  
para outras  
situações do  
mesmo modo  
como o é o sentido  
exegético. O cânon  
permanece como  
*sola scriptura*, um  
como controle  
sobre  
interpretações que  
reivindiquem ser  
revelações, mas  
não o são ou não o  
são mais.

Haveria maiores  
problemas  
envolvidos, se a  
Igreja pensasse em  
ter dois cânones,  
um Velho  
Testamento e um  
Novo Testamento.

[40] Veja  
meu  
"Legicide"  
(‘Legicídio’)  
(nota 10).

O problema é,  
naturalmente, muito  
maior que os  
nomes, embora a  
ele contribuam.

Como bem sabido,  
a palavra  
"Testamento" é uma  
famosa mal-  
tradução de  
Tertuliano, [41]  
Realmente, preferia  
o termo  
"Instrumentum".

E enquanto  
"Aliança" podia ser  
bem apropriado  
para o primeiro  
cânon, não  
carateriza  
adequadamente o  
segundo. O  
problema real,  
porém, jaze nos  
adjetivos "Antigo"  
e "Novo", na  
medida em que  
forem tidos,  
consciente ou  
inconscientemente,  
para ter mesmo um  
sentido qualquer  
que seja. Ou ainda,  
refiro-me ao  
Cativeiro Babilônico  
da Escritura  
Hebraica sob as  
cadeias do conceito  
"Antigo  
Testamento" ("Old  
Testament"). O  
conceito "Novo  
Testamento" pode  
levar intérpretes  
desses documentos  
para dentro duma  
hermenêutica de  
antítese, e quase  
sempre levou. A  
seguir, vamos olhar  
para algumas das  
conseqüências  
teológicas que  
advêm duma  
hermenêutica de  
continuidade, que

por turno depende,  
(penso), do conceito  
de Escritura  
canônica e midrash  
autoritativo. Se  
eliminarmos o  
conceito de "Novo  
Testamento",  
teremos de  
encontrar outro  
nome para referir a  
ele. Na falta e algo  
melhor, vou seguir o  
exemplo de Paul  
van Buren e falar  
daqui em diante de  
Escritos  
Apostólicos.

Claro que o ensino  
de Jesus é para ser  
entendido  
completamente em  
categorias bíblicas e  
que nada daquele  
pretende estar em  
antítese a estas.  
Seu ensinar pode,  
especificamente,  
ser entendido  
como midrash  
autoritativo de  
passagens de  
Escritura que  
proclamam o reino  
de Deus, dizendo  
que agora estão no  
ponto de serem  
cumpridas. Os  
ensinos de Jesus e  
seus feitos são  
para ser  
interpretados sem  
resíduo como parte  
do Judaísmo do seu  
dia, em  
continuidade com  
a Escritura e a  
tradição da  
interpretação pós-  
bíblica daquela. Isso  
quer dizer que, por

incorporação em Jesus como aquele em quem Deus tem agido para eles, os gentílicos têm acesso completo à Escritura de Jesus (e as vivas interpretações desta) e ao Deus de Jesus, que fala nelas. A doutrina da Trindade tem prioridade lógica sobre doutrinas cristológicas,[42] algo ofuscado por formulações abstratas demais. O que é dito é que o "Pai" a quem o "Filho" refere, não é nenhum outro que o Deus de Abraão, Isaac e Jacó, o Deus de Sara e Rebeca e Raquel e Lia, o Deus de Moisés e Jeremias e Esdras e Ester. A doutrina da Trindade formula o fato de que, através do Filho e do Espírito Santo, é este o Deus a quem veneram os gentílicos também.

Também cristologia depende da Escritura, como interpretação desta, e não como adição a ela. A formula de credo mais antiga nos Escritos Apostólicos, na sua forma mais curta, declara que "Cristo morreu de acordo com as Escrituras...

foi ressuscitado de acordo com as Escrituras" (1Cor 15,3-5). Até a ressurreição não é reveladora em si, mas sim é um evento ambíguo que em si é mudo. Igreja alguma jamais foi fundada na base da ressurreição de Lázaro ou da filha de Jair ou do filho da viuva ou Tabita ou Êutico, ou na da ascensão de Enós ou Elias ou Moisés ou Maria. O que faz a ressurreição de Jesus única e o que lhe dá voz de revelação, é que era "segundo as Escrituras". O Cristo ressuscitado "começando com Moisés e todos os profetas, interpretou-lhes em todas as Escrituras as coisas que se referiam a ele" (Lc 24,27). Falta de reconhecer isso, podia-nos levar a entender mal, ou até banalizar, as reivindicações feitas pela cristologia dos mais antigos cristãos.

[43] Isso não quer dizer que devemos tomar os métodos midráshicos da primitiva

Igreja  
como  
modelo de  
como  
devemos ler  
Sagrada  
Escritura.  
Mas não  
podemos  
entender  
antigos  
escritos  
cristãos,  
senão enten  
dermos a  
positiva  
relação  
destes à  
Sagrada  
Escritura, c  
ontrastando  
a  
perspectiva  
do cânon  
posterior  
que baixa  
Sagrada  
Escritura a  
mero  
"Velho Testa  
mento".

Paulo reivindica que  
seu evangelho foi  
"proclamado de  
antemão a Abraão",  
porque "a Escritura  
sabia de antemão  
que Deus iria  
justificar os  
gentílicos por causa  
de retidão" (Gl 3,8),  
que "o Evangelho  
de Deus referente  
ao seu Filho, foi  
prometido mais  
cedo por seus  
profetas nas  
Sagradas  
Escrituras" (Rm  
1,2), e que "a Lei e  
os Profetas

testemunharam a retidão de Deus através da fidelidade de Jesus Cristo" (Rm 3,2s.). Estava sendo contado com que a Escritura era o critério para a verdade do evangelho: aqueles que receberam a palavra "examinaram as Escrituras diariamente para ver se as coisas eram assim" (At 17,11). E isso, ainda, não parece ser reconhecido por eruditos modernos. Viehauer,[44] particularmente, lamenta que a interpretação do "Velho Testamento" por Paulo é completamente arbitrária e não precisa ser levada a sério. Tudo disso é por causa dos conceitos de "Novo Testamento" e "Velho Testamento", e do fato de que o primeiro pareça não relatar-se muito bem ao último. Se começarmos, porém, com o conceito de Sagrada Escritura, precisaremos levar a sério a transmissão viva desta no midrash de subseqüentes comunidades. A tarefa do intérprete de Paulo será, então, não

contrastar Paulo e o próprio Antigo Testamento, mas sim tentar a reconstruir algo da história e interpretação do texto e pôr Paulo com respeito a essas tradições midráshicas. Na medida em que isso possa ser feito, o midrash próprio de Paulo, embora criativo, não é completamente arbitrário ou estrangeiro. Aqui está um bom exemplo de como uma mudança de conceito possa enriquecer exegese e dar mais, não menos, autoridade aos Escritos Apostólicos.

Entendendo os Escritos Apostólicos como midrash, quer dizer que não há linha nítida que separe NT e primitiva Igreja. Claro que isso é historicamente verdadeiro, mas tem também importantes conseqüências teológicas. Não devemos tentar a saltar das "cartas do céu" postadas no primeiro século diretamente ao nosso tempo, mas cristãos devem reconhecer que

não são senão o  
mais recente  
estágio num  
processo, que  
começou com  
Páscoa à luz de  
Esdras, e receber  
tradição e ouvir  
midrash de  
Escritura para  
iluminar seu próprio  
presente. No quinto  
século, ainda,  
liturgia e *regula fidei*  
e uma tradição viva  
eram muito mais  
importantes que  
formar uma lista de  
livros. Para os  
séculos primeiro e  
segundo, Cullmann

[45] O.  
Cullmann,  
"The  
Tradition",  
*The Early  
Church* (Phil  
adelphia:  
Westminster  
, 1956)  
59-99. Cf.  
W. G.  
Kümmel,  
*Introduction  
to the New  
Testament*  
(London:  
SCM, 1966)  
358,  
"Reconhecer  
o que estiver  
no cânon ad  
equadament  
e, não  
podemos  
senão na  
base do  
testemunho  
apostólico  
contido no  
cânon."

argumentou faz muito tempo que a emergente tradição e a regra de fé (credos) eram mais autoritativas que os escritos que as contém. Essa é a verdade em que a Doutrina Católica sempre insistiu. Há importantes elementos da tradição cristã não contidos nos Escritos Apostólicos, estes que não têm senão importância relativa como estágio na transmissão daquela tradição. Outros aspectos dos Escritos Apostólicos parecem a muitos ser teológica e eticamente problemáticos – o antijudaísmo de alguns deles não é senão um exemplo – e agora temos um critério que transcende tanto a nós mesmos como a Igreja que dá justificativa teológica para essa conclusão, isso é incompatibilidade com a Sagrada Escritura como *sola scriptura* que está acima da Igreja.

A proposta de abolir o Novo Testamento a favor de tradições cristãs e midrash

cristão, tem também conseqüências para o trabalho da nossa Sociedade. Não proponho seriamente renomeá-la de Canadian Society for the Study of the Hebrew Bible and its Post-biblical Midrash / La Société Canadienne pour l'Étude de la Bible Hébraïque et son Midrash Post-biblique. Todavia, espero que muitos de nós adotem essa perspectiva. Refiro-me especialmente àqueles que, como eu, estudam os Escritos Apostólicos. Estamos livres dos grilhões de pensar que devemos tentar a encontrar antítese à Escritura onde não está intencionada nenhuma, mas temos também uma séria e difícil obrigação. Esta é procurar a recobrir a tradição midráshica que começou quando a Escritura chegou a ser Escritura primeiramente, e a situar nossa interpretação dos Escritos Apostólicos para dentro daquela tradição. Isso não somente quer dizer reconhecer a legitimidade de outros

entendimentos  
midráshicos, mas  
sim também ver que  
os escritos que  
estudamos  
subordinem-se à  
suprema autoridade  
da Escritura e  
estejam sendo  
entendidos a partir  
desta perspectiva.

Retornamos a  
Brevard Childs, mas  
pisamo-lhe na  
cabeça. A Igreja, de  
fato, necessita dum  
cânon que funcione  
como critério  
transcendente para  
sentenciar entre  
tradições eclesiais  
conflitantes.  
Procuramos aquele  
cânon, porém, não  
na coleção de  
certos escritos  
eclesiais da lista,  
mas sim na  
autoridade à qual  
eles mesmos  
apelam: a Escritura  
de Israel é aqui a  
nossa *sola*  
*scriptura*.

---

© 1980 Lloyd  
Gaston.

Tradução: Pedro  
von Werden SJ.